

Anais da 12^a Jornada
de Iniciação Científica
da Fundação Casa de
Rui Barbosa

2017

Resumos expandidos

12ª Jornada de Iniciação Científica - FCRB

Data: 8 de agosto de 2017

Local: Sala de Cursos da FCRB

9h30min - Abertura da Jornada – Palavras do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica (Eliane Vasconcellos, Laura do Carmo e Tânia Sobreira Dias)

Mesa: Letras e História

Avaliadora externa: Lúcia Grinberg (UNIRIO)

Mediação: Laura do Carmo

9h50min – [Revisor, o profissional invisível.](#)

Bolsista: Bárbara Teixeira Prieto (Letras/UFF)

Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos

10h – [Villa Ferreira Lage: memória particular e coletiva.](#)

Bolsista: Lucas Elber de Souza Cavalcanti (EBA/UFRJ)

Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos

10h10min - [O Brasil próximo à guerra no ocaso de 1941: a política externa de Vargas e a ameaça da quinta coluna nas páginas de Diretrizes.](#)

Bolsista: Yuri Barbosa Resende (História/UFRJ)

Orientadora: Joëlle Rouchou

10h20min – [Memória esquecida: movimentação monarquista e repressão na consolidação republicana \(1889-1899\).](#)

Bolsista: Álvaro Ramos Oliveira (História/UFRJ)

Orientador: José Almino de Alencar

10h30min – [Encontro com Rui Barbosa por meio dos textos.](#)

Bolsista: Carla dos Santos e Silva Oliveira (Letras/UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

10h40min – [A dor e a delícia de editar.](#)

Bolsista: Thília Barbosa (Letras/UFRJ)

Orientadora: Laura do Carmo

10h50min – [Comunicação interétnica e cultura material na Obra Nova da Língua Geral de Mina \(Ouro Preto, 1741\).](#)

Bolsista: Maria Elisa Scovino da Silva (História/UERJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

11h – [Canhanbolas e a Obra Nova: dimensões da linguagem no estudo sobre a escravidão.](#)

Bolsista: Rafaela Vasconcelos da Silva (História/UFRJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

11h10min – 12h – Debate com avaliador externo

Mesa: Políticas Culturais e Direito

Avaliadora externa: Míriam de Oliveira Santos – UFRRJ

Mediação: Lia Calabre de Azevedo

13h30min – [Legislando sobre cultura: historicidade e tendências \(1930-2002\).](#)

Bolsista: Marina Duarte Martinez (História/UFRJ)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

13h40min – [O Ministério da Cultura nas eras Lula e Dilma: um panorama do período.](#)

Bolsista: Cícera Cidineide Teixeira Vieira (Produção Cultural/UFF)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

13h50min – [Guerra às Drogas, Plano Colômbia e o deslocamento forçado pela fumigação aérea.](#)

Bolsista: Matheus Sousa Marques (Relações Internacionais/UFF)

Orientador: Charles Pontes Gomes

14h – [Kant, Doyle e a supressão da condição do refúgio.](#)

Bolsista: Juan Acácio Garrido Tavares (Filosofia/UERJ)

Orientador: Charles Pontes Gomes

14h10min – [Mulheres refugiadas no Rio de Janeiro: migração, gênero e integração.](#)

Bolsista: Letícia Cristina Pereira de Castro (Relações Internacionais/UFF)

Orientador: Charles Pontes Gomes

14h20 – 15h – Debate com avaliadora externa

Mesa: Centro de Memória e Informação

Avaliadora externa: Ana Célia Rodrigues - UFF

Mediação: Anna Gabriela Pereira Faria

15h – [Sistema integrado de informações para preservação do patrimônio cultural – segundo módulo.](#)

Bolsista: Mariana Freitas de Andrade (História/UFRJ)

Orientadora: Claudia Suely Rodrigues Carvalho

15h10min – [Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: visitas técnicas direcionadas e conclusões preliminares.](#)

Bolsista: Gabriela Lúcio de Sousa (Conservação e Restauração/UFRJ)

Orientadora: Anna Gabriela Pereira Faria

15h20min – [Repositórios digitais: democratização, conservação e acessibilidade.](#)

Bolsista: Mariana Franco Teixeira (Biblioteconomia e Documentação/UFF)

Orientadora: Ana Lígia Medeiros

15h30min – *O acervo de Antonio Gontijo de Carvalho.*

Bolsista: Martina Benassi (Arquivologia/UniRio)

Orientadora: Leila Estephano de Moura

15h40min – *Tipologia documental nas bases de dados internacionais – “The National Archives”*

Bolsista: Vitória de Freitas Machado (ABI-História/UFRJ)

Orientadora: Lúcia Maria Velloso de Oliveira

15h50min – 16h30min – Debate com avaliadora externa

Bolsista: [Bárbara Teixeira Prieto](#)

Trabalho: Revisor, o profissional invisível

Curso/Instituição: Letras – UFF

Orientador: Ana Pessoa

Projeto: A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores

Agência de financiamento: CNPq

Período: agosto 2016 a agosto 2017

Introdução

O presente bolsista exerce a função de revisar textos, fazer transcrições e cronologias, formatar o sítio do projeto e fazer pesquisas em órgãos públicos, como o IPHAN e Biblioteca Nacional, para o projeto “A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores”, da Fundação Casa de Rui Barbosa, cuja coordenadora é a Doutora Ana Maria Pessoa dos Santos. O projeto conta com mais cinco pesquisadores.

O trabalho de transcrição é bastante demorado e delicado, pois são tratadas letras do século XIX de inventários das Casas, e o papel em que estão os documentos geralmente contam com borrões e escrita bastante difícil de distinguir. O fazer das cronologias das Casas Senhoriais também se torna bem demorado, por ter a importância de se considerar informações relevantes tanto para o projeto como para o sítio do projeto.

Objetivos do projeto

Busca-se estudar e pesquisar as seguintes casas senhoriais dentro do Estado do Rio de Janeiro e arredores: Palacete São Cornélio, Casa da Hera, Palacete Cornélio dos Santos, Villa Ferreira Lage (Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora), Chalet do Parque São Clemente, Palácio Laranjeiras e Palacete Laguna. Essas Casas ainda serão visitadas mais vezes, para que possamos reunir mais informações e, assim, fazer um detalhamento mais específico.

As seguintes “casas senhoriais” já se encontram no sítio do projeto onde podem ser analisadas pelo grande público: Casa da Hera, Casa da Marquesa de Santos, Casa de Rui Barbosa, Palacete Guinle Paula Machado, Palácio do Catete, Palácio Imperial, Quinta da Boa Vista e Solar do Jambeiro. Ainda que já divulgadas, as informações sobre essas casas são regularmente revistas, ampliadas e revisadas pela bolsista.

Outra atividade que está em fase de conclusão é a cronologia da Mansão Tavares Guerra, localizada em Petrópolis, exemplar que será incluído no projeto.

Metodologia

O presente bolsista esteve presente no projeto “A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores” por dois anos e, ao longo deste período, foram revisados mais de 200 textos, transcritos dois inventários do início do século XIX e feitas cinco cronologias em sua integralidade.

O trabalho menos valorizado é o de revisão. Os textos nunca chegam para a revisão totalmente inapropriados ou com muitas inadequações gramaticais, até porque os autores são de alto nível, mas sempre precisam de uma ajuda com a formatação, na concordância ou figuras de estilo. A linguagem tem que ser periodicamente adequada pelo revisor, porque uma Casa Senhorial não deve apresentar usos linguísticos totalmente diferentes da outra. Esse mesmo processo acontece com a formatação dos parágrafos por isso são realizadas as revisões periódicas no sítio.

Conclusão

Quando o texto está excelente, os louros sempre vão para quem o escreveu, já quando o texto contém alguma inadequação linguística, há sempre a pergunta: não passou por revisor?

Portanto, o revisor tem de estar preparado para estar sempre à margem e ficar feliz pelo sucesso do texto de outra pessoa, mesmo sabendo que sua coautoria estará presente.

Bibliografia mínima

BRAGA, Theodoro. *Artistas pintores no Brasil*. São Paulo: São Paulo Ed., 1942.

CAMPOFIORINO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. vol. II A missão artística francesa e seus discípulos 1816-1840. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1983.

ESTAÇÕES DE ITAIPAVA. Uma pérola da História. In:
<http://www.estacoesdeitaipava.com.br/anteriores/07um/especial07um.htm>

JONES, Owen. *Gramática do ornamento*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

MOUTINHO, Stella, PRADO, Rúbia Bueno. *Dicionário de artes decorativas*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras: estudo da construção residencial urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 16, 1968.
Processo de tombamento do IPHAN: RJ 154/1

Nome: [Lucas Cavalcanti](#)

Trabalho: Villa Ferreira Lage: memória particular e coletiva

Curso/Instituição: Composição de Interior – EBA/UFRJ

Orientador: Ana Pessoa

Projeto: A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto 2015 a julho 2017

O presente estudo busca discutir a casa senhorial como objeto de memória. Neste sentido, são analisadas, a partir do exemplo da Villa Ferreira Lage, as memórias particular e coletiva que constituem o patrimônio edificado.

A Villa Ferreira Lage é uma edificação neorromânica com inspirações renascentistas localizada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. A Villa, ou Quinta do Comendador Lage, foi construída no ano de 1862 por August Gambs, arquiteto alemão que tratou de articular um suntuoso programa estético com a eficiência tecnológica de uma casa moderna à época. Dotada de dois pavimentos, um torreão e um porão semienterrado, a casa reunia locais de convívio, abrigo, estudos e serviço, todos com amplas divisões distribuídas por uma circulação central em eixo com o parque projetado à frente do edifício.

Residência de veraneio de Mariano Procópio e sua família, a Villa se estabelece como um local de ambiguidade de uso: desde sua construção, é pensada também na perspectiva pública. Sua implantação remete à ocasião da inauguração da Rodovia União e Indústria, importante estrada responsável pela interligação com Petrópolis, facilitando o escoamento da produção agrícola da região da Zona da Mata para a Sede do Império, o Rio de Janeiro.

Uma residência de luxo e destoante do entorno pouco desenvolvido, a Villa Ferreira Lage marca o início do crescimento da Cidade de Juiz de Fora e registra a prosperidade de um influente personagem do período imperial brasileiro: Mariano Procópio Ferreira Lage. Procópio era proprietário de diversas terras de produção de café e de imóveis, além de assumir o pioneirismo de novos empreendimentos, como a supracitada Rodovia União e Indústria, a primeira rodovia de rodagem macadamizada do país.

O poder econômico deste comerciante articulava-se com a sua influência política, haja vista a boa relação que tinha com a maior instância de poder àquela época, o Império, representado por D. Pedro II. Inclusive, é pertinente salientar que é por ocasião da inauguração da estrada União e Indústria e para recepção da Família Imperial que é construída a Villa Ferreira Lage.

Em linhas gerais, Mariano Procópio era um homem público, profundamente envolvido com o desenvolvimento econômico de sua cidade. Era pertinente, assim, a concepção de um lar para

si e sua família que atendesse a essa característica, operando no campo simbólico da projeção social, da articulação política e das referências acadêmicas e científicas.

Após a morte de Mariano, em 1872, a casa é herdada por Alfredo Ferreira Lage, que se empenhou na aquisição de obras de arte, como os móveis da Família Imperial e outros itens colecionáveis. Em 1915, Alfredo Lage abriu a moradia para exibição de seu acervo particular. Em sequência, doou o imóvel e suas dependências ao município de Juiz de Fora, atuando ativamente na constituição, e posterior administração, do Museu Mariano Procópio. Atualmente, o museu é gerido por um conselho curador, composto por representantes da sociedade civil e da Prefeitura e em consonância com os objetivos definidos por Alfredo.

Assumindo genuinamente seu potencial público, o local de afeto para família Lage transformou-se em lugar de fruição da população juiz-forana. O museu, nesse entendimento, desempenha um caráter formativo e de entretenimento para a população da cidade e seus visitantes, além de garantir o direito à memória, proposto pela Lei nº 12.343/2010. Logo, a Villa é um exemplo do uso de espaços históricos como possibilidade de educação e lazer, congregando as dimensões público e privado ancoradas na justificativa de manutenção da memória, desde a sua construção até o seu novo uso como espaço museal.

A ressignificação, portanto, destas construções seculares como locais públicos é uma alternativa viável para a manutenção destas residências. Além disso, essa apropriação enseja a possibilidade de inseri-las em uma política nacional de fomento às atividades culturais, contribuindo ainda para sua própria preservação como elementos de memória social, arquitetônica e cultural.

Referências bibliográficas

DOHMANN, Marcus. Coleções de objetos: memória tangível da cultura material. In: CAVALCANTI, A.; MALTA, M.; PEREIRA, S. *Coleções de arte: formação, exibição, ensino*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015. p. 81-92.

FUNDAÇÃO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. *Anais Museu Mariano Procópio*. Juiz de Fora: Fundação Museu Mariano Procópio, 2014.

KLUMB, H. *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Photographia Klumb, 1872.

SAFRA. *Museu Mariano Procópio*. São Paulo: Banco Safra, 2006.

STEPHAN, Lina Malta. *Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG*. Dissertação Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

Site *A Casa Senhorial: anatomia de interiores*. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/. Acesso em: 05/12/2016.

Nome: [Yuri Barbosa Resende](#)

Trabalho: O Brasil próximo à guerra no ocaso de 1941: a política externa de Vargas e a ameaça da quinta coluna nas páginas de *Diretrizes*.

Curso/Instituição: História – UFRJ

Orientadora: Joëlle Rachel Rouchou

Projeto: *Diretrizes*: um espaço de resistência na imprensa do Estado Novo (1938-1944)

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto 2015 a julho 2017

Publicada entre 1938 e 1944, a revista *Diretrizes* foi idealizada e dirigida nos seus primeiros meses de vida por Antônio José de Azevedo Amaral. Cobrindo grande parte da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, durante seus dois primeiros anos a publicação teve uma periodicidade mensal e, a partir de então, se tornou semanal. Com o abrangente subtítulo *Política, Economia e Cultura*, diversos intelectuais brasileiros contribuíram ativamente com *Diretrizes* como Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Joel Silveira, Moacir Werneck de Castro, Álvaro Moreyra, Cecília Meirelles, José Lins do Rego, Rubem Braga¹, entre outros.

Em 1942, Getúlio Vargas se alinhou definitivamente com os Estados Unidos em face ao ataque japonês a Pearl Harbor no final do ano anterior e declarou guerra ao Eixo. Durante esse ano conturbado, cresceu a preocupação por parte da população e do governo com a possível eclosão de movimentos de caráter fascista e atividades de espionagem promovidas por agentes do Eixo dentro do território nacional. *Diretrizes* exerceu um papel fundamental ao se opor com veemência aos regimes totalitários por meio da publicação de matérias que pretendiam revelar os horrores da ideologia fascista e investir na realização de diversas reportagens que buscavam denunciar o que se chamou de "quinta colunismo"², expressão cunhada durante a Guerra Civil Espanhola que, aplicada ao contexto brasileiro, se referia à ação ora sutil, ora escancarada de inimigos dentro do próprio país.

O ocaso do ano de 1941 não marca somente a entrada dos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial em face ao ataque dos japoneses, mas também um acontecimento que acarretaria uma série de decorrências a curto prazo para os brasileiros. O Brasil, como podemos analisar pelos fatos subsequentes ao mês de dezembro de 1941, foi pressionado por um alinhamento mais delineado com os Estados Unidos, tornou-se porta-voz da ideologia pan-americanista e, conseqüentemente, alvo para os alemães. O afundamento dos navios brasileiros pelo submarino

¹ A trajetória de Rubem Braga em *Diretrizes* foi objeto de estudo da pesquisa apresentada na 11ª Jornada de Iniciação Científica da Casa de Rui Barbosa, em 2016.

² A expressão "quinta coluna" foi cunhada durante a Guerra Civil Espanhola e utilizado para designar aqueles que apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana.

alemão *U-507* e a pressão popular foram os estopins para a entrada do país na guerra. Getúlio Vargas se viu obrigado a, finalmente, rechaçar qualquer simpatia à causa nazifascista.

Embora tenha apoiado a política externa do governo brasileiro no que diz respeito à ideologia pan-americanista, *Diretrizes* jamais flertou com o fascismo em suas páginas. O periódico, mesmo antes do alinhamento do Brasil com as nações democráticas, já adotava a estratégia de tecer comentários sobre a política internacional, de modo que os colaboradores poderiam criticar o fascismo e, deste modo, revelar os perigos dos regimes autoritários. A partir da opção de Vargas pela causa das nações aliadas e o rompimento definitivo de relações diplomáticas com os países do Eixo, a revista expandiu o número de matérias a respeito do conflito mundial e os seus colaboradores passaram a escrever regularmente matérias que denunciavam ações de caráter fascista dentro do próprio Brasil, prestando um serviço que era de interesse nacional e popular e, portanto, esquivando-se de qualquer embate com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Um dos exemplos mais claros desta postura é o investimento em diversas matérias sobre o quinta colunismo que se tornaram frequentes nas páginas do hebdomadário.

Desta forma, o mês de dezembro de 1941 representa, principalmente ao observarmos a riqueza do material combativo publicado ao longo dos anos posteriores, o início de uma maior liberdade por parte de *Diretrizes* no que diz respeito à publicação de matérias de caráter democrático e antifascista. Ao lermos atentamente os diversos textos publicados, podemos anteciper a situação "constrangedora" que Getúlio Vargas enfrentaria ao final do conflito mundial quando, após lutar contra o autoritarismo ao lado de democracias, continuava no comando de uma ditadura.

Referências principais

DIRETRIZES: Política, Economia e Cultura. Rio de Janeiro, RJ: 1938-1944. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diretrizes/163880>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

Nome: [Álvaro Ramon Ramos Oliveira](#)

Trabalho: Memória Esquecida: movimentação monarquista e repressão na consolidação Republicana (1889-1899).

Curso/Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Orientador: José Almino de Alencar

Projeto: Três da Geração dos 70: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Rio Branco.

Fonte de Financiamento: CNPq

Período: setembro 2016 a julho 2017

Refletir acerca das narrativas históricas compartilhadas na memória da sociedade brasileira é sobretudo um exercício de leitura sobre as elites que detêm o poder. A produção do conhecimento histórico sob o ponto de vistas dos perdedores não é frequente na historiografia nacional. Por consequência, o historiador que deseja estudar a consolidação da Primeira República no Brasil, enfrenta desafios peculiares. O que receberá atenção aqui é o silenciamento (e conseqüente esquecimento) em torno da luta dos agentes sociais que amargaram a derrota nesta disputa política, em particular, os militantes monarquistas e as classes populares simpáticas ao governo imperial.

A movimentação desses grupos nos primeiros dez anos do novo regime foi completamente ignorada pela historiografia oficial. No entanto, não foi esse o posicionamento dos seus contemporâneos que os enxergavam como uma ameaça ao novo regime e, por conta disso, vieram a tomar uma série de medidas defensivas contra aqueles que foram apelidados de “subversivos da República”. Exílio, prisão, perda de cargos públicos, violação de domicílio, assassinato, impedimento dos exercícios dos direitos políticos, entre outros, fizeram parte do arsenal de medidas repressivas exercidas sobre os restauradores naquele contexto histórico.

Após a proclamação da República dois mitos sagraram-se sobre o episódio. O primeiro é o do “consenso nacional” e o segundo o da “indiferença da população”. No primeiro mito, propagou-se, então, no imaginário popular, que não houve oposição ao novo governo, ao mesmo tempo em que se minimizava as divergências desses republicanos sobre o modelo governamental adotado.

O segundo mito inúmeras vezes vem sendo revisitado por importantes historiadores que discutem os enfrentamentos das classes ditas *perigosas* frente ao poder opressivo do Estado. José Murilo de Carvalho, por exemplo, faz um alerta para que não venhamos a correr o risco de colaborar com a visão maniqueísta da história que dicotomiza a noção de Estado e povo; Estado como um grande vilão e povo como um grupo indefeso e bestializado. Para o historiador é preciso examinar a relação entre Estado e povo a partir do horizonte do equilíbrio, buscando assim

promover o *status* das classes indefesas para classes de agentes sociais protagonistas da sua própria história.

O mito do consenso nacional e da indiferença da população foi popularizado principalmente a partir dos manuais de história da época e, até hoje, continuam sendo frequentemente reproduzidos nos livros didáticos. Desse modo, o objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre o ensino de história, tendo como recorte os dez primeiros anos do novo regime. Para realizar esta tarefa, irei utilizar como fonte de análise o livro amplamente utilizado nas escolas públicas do país *História, o mundo por um fio*: do século XX ao XXI, direcionado ao terceiro ano do ensino médio e compilado pelo professor da UFF, Ronaldo Vainfas.

Em síntese, pretendo problematizar a ausência das manifestações monarquistas e das classes populares simpáticas ao governo imperial no livro didático, durante o período da consolidação republicana, apresentando a organização e movimentação da militância monárquica, assim como sinais da insatisfação nas camadas populares, buscando assim abrir uma reflexão sobre as relações de poder na escrita da história.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. *História: o mundo por um fio: do século XX ao XXI*. volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bolsista: [Carla](#) [Oliveira](#)
Trabalho: Encontro com Rui Barbosa por meio dos textos
Curso/Instituição: Letras (Português/Francês) – UERJ
Orientador: Laura do Carmo
Projeto: Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa
Fonte de financiamento: Fundação Casa de Rui Barbosa
Período: março de 2017 a julho de 2017

No ano de 2016, foi apresentado o projeto que tem como propósito buscar originais e primeiras edições de textos de Rui Barbosa, para publicação de tomos inéditos desta coleção. A empreitada teve início na década de 1940, totalizando 139 tomos já publicados.

As *Obras Completas de Rui Barbosa* são divididas em 50 volumes, que por sua vez são organizados em tomos, e cada volume corresponde a um ano de vida pública de Rui. Há também particularidades, quando, por exemplo, nos deparamos com um ano profícuo, como 1889 (Proclamação da República), que se desdobra em oito tomos.

Para nortear este trabalho de pesquisa, utilizamos o *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*, um guia precioso que contém o mapa dos textos, ou seja, as possíveis localizações e suportes dos escritos.

No momento, restam 21 tomos a serem preparados e publicados, conteúdo que pode ser reduzido para 12. Tal medida se deve à ocorrência de textos que já foram publicados anteriormente ou que têm seu paradeiro ainda indefinido, além de existirem materiais pouco extensos, que podem ser condensados em outros tomos.

A preparação dos volumes não segue uma lógica cronológica, pois essa atividade está sujeita a uma série de critérios, como relevância, materialidade e acessibilidade dos textos. À medida que a pesquisadora determina o objeto da pesquisa, isto é, o texto a ser encontrado, nos dirigimos à pasta compartilhada pelas envolvidas no trabalho, na qual encontra-se transcrita as informações do roteiro e onde depositamos os dados que vamos achando. É como um “esqueleto” das informações que nos guiarão.

As fontes são as mais diversas possíveis: em bibliotecas físicas e virtuais, nos deparamos com os documentos em jornais, livros, manuscritos, microfilmes, entre outros. Varia também o estado de conservação ou a qualidade de cada fonte. Portanto, vale ressaltar que as buscas estão sujeitas a uma série de vicissitudes, como a constante renovação dos acervos, que vêm se tornando disponíveis por conta de digitalizações recentes. Tudo isso torna o que torna cada busca imprevisível.

Se logramos êxito nessa tarefa e encontramos o material, a próxima etapa é a transcrição, na qual são feitos apontamentos que serão úteis numa segunda fase da preparação, como notas

com relação à padronização do texto ou de ordem filológica, dúvidas na grafia de alguma palavra e questões particulares que vão aparecendo conforme cada texto.

Depois que discutimos com a pesquisadora as observações pertinentes à transcrição, o texto é revisado e devidamente arquivado para trabalho de edição futuro. Por fim, o "esqueleto" digitalizado recebe novas informações sobre a conclusão da busca, quem o digitou, onde foi encontrado etc.

Minha apresentação tem como propósito demonstrar a metodologia utilizada no trabalho de pesquisa, além de trazer reflexões pessoais acerca do primeiro contato com Rui Barbosa (desde de março de 2017) por meio da busca e transcrição de seus textos: uma experiência dinâmica e múltipla, que requer obstinação, solidão, trabalho em equipe e proporciona aprendizados, desenvoltura e conhecimento.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José Almino. Rui Barbosa. In: FGV, CPDOC. *Dicionário da elite política republicana: 1889-1930*. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: jun. 2017.

CAMBRAIA, César Nardeli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974. 2 v.

Nome: [Thília Barbosa](#)

Trabalho: A dor e a delícia de editar

Curso/Instituição: Letras (Português/Espanhol) – UFRJ

Orientador: Laura do Carmo

Projeto: Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa

Fonte de financiamento: CNPq

Período: setembro de 2016 a julho de 2017

Ao pensarmos em um texto devemos ter em mente um fator essencial para a sua existência: como ele se apresenta, ou seja, o seu suporte. Por isso, ao longo do processo de transmissão de um dado texto, este vai se modificando, seja por mudança de suporte (manuscrito, impresso, digital, etc), seja pelo ato da cópia. Deparamo-nos com problemas dessa natureza ao entrarmos em contato com registros diversificados de um mesmo texto (testemunho), pois, ao compararmos dois suportes (datiloscrito e revista, por exemplo) encontramos divergências. Esse é um trabalho cuidadoso que demanda atenção e paciência, também nos impõe tomadas de decisões, escolher entre dois ou mais testemunhos.

Tarefa árdua e divertida é digitar/copiar um texto e comentar os erros que passaram despercebidos. É um fato mais que comprovado pela experiência que o ato da cópia é falho, visto que, inconscientemente ou não, podemos nos equivocar: seja suprimindo um trecho, seja trocando uma palavra que nos é estranha por uma mais conhecida (isso acontece normalmente quando o texto é de difícil compreensão para o copista), seja pelo simples fato de ditarmos em pensamento uma frase ou palavra e, nesse espaço entre a leitura e o ditado interior, trocamos uma dúzia por meia.

A busca pelas fontes, a comparação (cotejo) e, finalmente, a digitação, é todo um caminho participativo e coletivo. E por quê? Porque uma pessoa sozinha quando está mergulhada em um texto não consegue enxergar as falhas/erros. Isso pode acontecer com quem escreve um trabalho de fim de curso na graduação, ou quem escreve uma tese. Daí a importância de pedir ajuda a alguém que entenda do tema ou que simplesmente possa olhar aquele texto com algum distanciamento. Por isso a prática coletiva em trabalhos como o que fazemos é imprescindível.

Nesta pesquisa de reunião dos textos de Rui Barbosa, trabalhamos em conjunto bolsistas e orientadora. Enquanto alguém digitava outra pessoa revisava e, em uma última etapa, a orientadora dava os últimos retoques ao texto revisado. Assim, fomos acometidas por diversos erros de cópia influenciados por alguns fatores, que serão apresentados em nosso trabalho. Para além disso, o trabalho em conjunto foi decisivo para que cada texto fosse trabalhado com um certo rigor, a fim de explorar exaustivamente as fontes encontradas de um

texto, analisar e comparar, e por fim, escolher aquela que fosse mais próxima à última vontade de Rui Barbosa.

A busca pelas fontes foi um processo de caminhos e descaminhos, pois, ao entrarmos em contato com os espaços de pesquisa – arquivo histórico e biblioteca da FCRB, Biblioteca Nacional (obras raras, obras gerais e periódicos) e *sites* em geral com versões digitais –, vimos que a prática se tornou um labirinto que quase sempre nos levou aonde queríamos sem sabermos muito bem. Isso quer dizer que, mesmo que não encontrássemos disponível para consulta um livro na sessão de obras raras, ou no sistema digital da própria Biblioteca Nacional, tivemos a ajuda de outras pessoas que nos levaram a uma versão do texto em um *site* do Senado, por exemplo, que não havíamos cogitado.

Para além de questões de ordem prática, alguns aportes teóricos nos ajudaram a ter consciência sobre o que estávamos fazendo. Foram nossos guias: José Almino de Alencar, que nos trouxe à luz questões biográficas e históricas sobre Rui e seus escritos; César Nardelli Cambraia, ao delinear minuciosamente cada etapa do processo da cópia e também do estabelecimento do texto; e finalmente, Antonio Cândido, ao nos aconselhar sobre a dificuldade de leitura de um manuscrito e sobre as suas etapas/nuances de decifração, além da necessidade de explorar exaustivamente todas as fontes de um dado texto.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José Almino. Rui Barbosa. In: FGV, CPDOC. *Dicionário da elite política republicana: 1889-1930*. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: jun. 2017.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

Nome: [Maria Elisa Scovino da Silva](#).

Trabalho: Comunicação interétnica e cultura material na *Obra Nova da Língua Geral de Mina* (Ouro Preto, 1741)

Curso/Instituição: História – UERJ

Orientador: Ivana Stolze Lima

Projeto: História Social das Línguas Africanas no Brasil: a Língua de Angola e a Língua Mina

Fonte de financiamento: CNPq

Período: setembro 2016 a julho 2017

O comércio transatlântico de escravos promoveu o desembarque de milhões de negros para as Américas trazendo memórias, identidades, religiosidades, falares que sofreram um processo de transfiguração, reprodução e ressignificação nas novas terras. A comunicação interétnica era intensa e necessária, sendo um importante elemento para se entender a sociedade, suas formas de contatos e trocas. O esforço comunicacional levou a busca por conhecer as línguas africanas, resultando na produção do registro do vocabulário de uma língua geral falada na região das minas do século XVIII. O falar abrangia diversas dimensões da sociedade mineira, não se restringindo ao controle metropolitano e senhorial. Por meio das palavras e expressões minas, presentes na documentação analisada, busca-se acessar as atividades, práticas e costumes de negros e negras, investigando todo um conjunto social e cultural. Assim, nas relações cotidianas, nas flexíveis malhas da vida diária, da conversa, da troca, das necessidades imediatas, surge um universo colonial mais rico que foge às redes oficiais. Antônio da Costa Peixoto escreveu em 1741 um vocabulário intitulado *Obra Nova da Língua Geral de Mina*, hoje identificado como correspondente às línguas do grupo Gbe, presente na África Ocidental, na região historicamente denominada Costa da Mina. Esse documento é um registro de que o falar na sociedade colonial não estava ligado somente à manutenção e controle da escravidão. Por meio desse vocabulário, é possível perceber dimensões culturais, psicológicas e cotidianas desses escravos e negros dentro e também fora das relações escravistas. As palavras e diálogos registrados no documento são portas de acesso à cultura material e aos costumes de negros e negras. Entendo como cultura material os instrumentos, objetos, alimentos, animais e todos os aspectos culturais munidos de materialidade. A seleção das palavras para tradução induz, indiretamente, o que se falava, ou era importante conhecer para a comunicação na vida diária das minas, revelando, ainda, muito das relações amorosas, do cativo, da prática do comércio, da mineração. Como o documento traz as expressões na língua mina traduzidas para o português, o sujeito de fala ali é o negro, suas ações, práticas e olhares. Elementos culturais como objetos, temperos, animais, formas de se expressar são descritos: “aguardente / azeite doce / gamela ou bateia / ovelha/ barro / fumo / tabaco de pó / pito de gesso / ourives / ferreiro / barbeiro”, entre outros. Ainda existem falas que

revelam atividades praticadas por esses negros: vou vender.../ vou ler / vou escrever”. Os diálogos demonstram diferentes facetas da vida: “eu não tenho amiga/ já a larguei / já morreu / já casou / tu es mais fermoza do que ela / vosmecê está zombando / eu não zombo não.”, retratando como as relações amorosas e conjugais se configuravam e mostrando como conquistavam as mulheres e como o tema da morte era próximo e constante. A comunicação na vida colonial das minas não se restringia às relações do cativo ou controle senhorial. Havia trocas, costumes, falares entre negros, ou destes com brancos, que traziam outras situações da vida diária, da venda, da alimentação, da leitura, da escrita. Contribuindo para uma história dos costumes e do cotidiano, isso demonstra que a migração forçada de homens e mulheres preservou fortes marcas linguísticas identitárias, como a língua mina-jeje, ou gbe.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Fernando. Fome do ouro e fama da obra: Antonio da Costa Peixoto e a “Obra Nova de Língua Geral de Mina”. *Antropologia*, n. 53, 2013. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a53-faraujo.pdf>
- LARA, Sílvia. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. In: ALMEIDA, M. V. (Org.). *Trânsitos coloniais*. Lisboa: ICS, 2002.
- LIMA, Ivana Stolze, CARMO, Laura do (Org.). *História social da Língua Nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2014.
- MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento de africanos em Minas Colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750). *Afro-Ásia*, n. 36, p. 39-80, 2007.
- PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova da língua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.
- YAI, O. Texts of enslavement: Fon and Yoruba Vocabularies from Eighteenth and Nineteenth century Brazil. In: LOVEJOY, Paul (Org.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000.

Nome: [Rafaela Vasconcelos da Silva](#)

Trabalho: Canhanbolas e a *Obra Nova*: dimensões da linguagem no estudo sobre a escravidão

Curso/Instituição: História – UFF

Orientador: Ivana Stolze Lima

Projeto: História Social das Línguas Africanas no Brasil: a Língua de Angola e a Língua Mina.

Fonte de financiamento: CNPq

Período: setembro 2016 a julho 2017

Nesta pesquisa, debruçamo-nos sobre a *Obra Nova da Língua Geral de Mina*, de 1741, manuscrito elaborado em Vila Rica pelo português Antonio da Costa Peixoto, um homem sem grandes posses e leigo. Misto de vocabulário e manual de conversação, em que as colocações na língua mina são traduzidas para o português, a obra retrata a utilização de uma língua africana no cenário de intenso fluxo de escravos trazidos no auge da mineração da região da Costa da Mina, que reúne uma pluralidade de grupos étnicos que falam línguas aparentadas.

Essa comunicação levanta algumas reflexões que surgiram no decorrer do exame documental, privilegiando um aspecto no léxico que causou estranhamento: o emprego do termo *canhanbola*. A partir daí, buscamos mapear outros documentos históricos e dicionários para verificar a ocorrência do termo, compreender seu significado e situar seu contexto, recorrendo a uma fundamentação teórica interdisciplinar entre a História e a Sociolinguística, que contribuiu para elucidar fenômenos na língua em sua instituição social. Esta palavra ou suas formas extravagantes, como a mais comum, *calhambola*, aparecem em diferentes registros, sendo utilizadas popularmente no cotidiano em uma determinada época para designar escravos fugidos que se refugiavam em *quilombos* ou *mocambos*. É preciso destacar que em Minas Gerais os *quilombos* estavam disseminados e as ações dos *canhanbolas* eram tão comuns, que as autoridades tentaram efetuar esforços em múltiplas frentes para liquidar a ameaça que a situação representava para ordem estabelecida. Diferentemente de *quilombo* e *mocambo*, vocábulos que guardam a origem africana no grupo de língua banto, uma série de dicionários consultados apontam outra etimologia para *canhanbola*, derivada de *canhem-bóra* – o que tem por hábito fugir, palavra proveniente da língua geral brasílica, como era chamada a língua tupi no Brasil colonial. Essas marcas são instrumentos que ajudam a remontar um retrato sociocultural. Ressalte-se que o termo está imerso em um vasto vocabulário que nos fala sobre a escravidão. Ademais, provoca questões que podem contribuir para aproximar os estudos dos povos indígenas na América Portuguesa dos estudos da escravidão e outras formas de trabalho compulsório, observando os pontos de contato entre esses grupos. O processo tensionado ao longo da colonização por um universo permeado de línguas indígenas e africanas com diferentes *status*, usos e formas de circulação por todo território explicita como, posteriormente, a construção do

estado-nação se alicerça em esquecimentos que não são inocentes, entre eles, a diversidade linguística que existia, resiste e ainda é uma realidade desconhecida por grande parte da população. Por fim, essa pesquisa demonstra que as palavras e a língua estão impregnadas de historicidade, dimensão naturalizada e que requer mais interesse no campo da história.

Referências bibliográficas e documentais

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx. 26, Doc. 30. Ouro Preto, 19 nov. 1751.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 119-149.

LARA, Sílvia. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Coord.). *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, Digibis, Fundación Hernando de Larramendi, 2000.

LIMA, Ivana Stolze. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 109-121, 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.211.09>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova da lingoa g[er]al de mina*. [manuscrito] Biblioteca Pública de Évora (Códice CXVI/1-14), Évora, 1741.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: , 1823.

SOUZA, Bernardino Jose de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

Nome: [Marina Duarte Martinez](#)

Trabalho: Legislando sobre Cultura: historicidade e tendências (1930-2002)

Curso/Instituição: Licenciatura em História – UFRJ

Orientador: Lia Calabre.

Projeto: Levantamento e Análise do Campo de Pesquisa em Políticas Culturais no Século XXI.

Fonte de financiamento: CNPq

Período: setembro 2016 a junho 2017

A pesquisa aqui apresentada se coloca como componente inicial do projeto “Levantamento e Análise do Campo de Pesquisa em Políticas Culturais no Século XXI” bem como assiste ao Centro de Referência e de Estudos de Políticas Culturais, projeto em desenvolvimento que pretende disponibilizar *online* fontes e bibliografia reunidas pelos bolsistas do Setor de Estudos de Políticas Culturais da FCRB. Coube à presente pesquisa o levantamento e a sistematização da legislação concebida em esfera federal entre os anos 1930 e 2002. Os parâmetros explicam-se por ter como objetivo primeiro a análise sistemática das ações do Estado brasileiro sobre a cultura — cuja bibliografia canônica elege a década de 1930 como paradigmática. O marco se institui devido às alterações conjunturais que possibilitaram a emergência de um novo projeto para a cultura brasileira: nacionalista, urbano e calcado no trabalhismo (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 14). Dessa forma, os autores apontam como balizas das políticas culturais no Brasil várias das investidas perpetradas durante essa década, como a implantação do Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1930, a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural em 1934 e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, bem como a realização do primeiro Conselho Nacional de Cultura em 1938, para citar algumas. Em comum, essas e as demais medidas visavam prover o setor cultural de maior institucionalidade (CALABRE, 2007, p. 2).

A metodologia do trabalho se deu, inicialmente, pelo levantamento de fontes nos repositórios de legislação brasileira *online*. A seleção obtida por meio da eleição de palavras-chave foi estruturada em planilhas nas quais compilamos seus dados de entrada. Foram então estabelecidas categorias que visavam estruturar a organização dos documentos de acordo com suas respectivas aplicabilidades. Dessa forma, pudemos observar a distribuição das categorias de referência pelo tempo — as duas variáveis que orientam o exame — conforme a geração dos dados apresentados. Esses resultados foram ao encontro das leituras realizadas acerca das pesquisas existentes — aqui indicadas nas referências — as quais pretendiam oferecer uma análise histórica do desenvolvimento das políticas culturais no Brasil.

Em síntese, identificamos uma relação direta entre as fases da história brasileira quando regimes políticos antidemocráticos detinham o poder com a proliferação de políticas voltadas

para a cultura. Seja a Era Vargas (1930-1945) ou a Ditadura Militar (1964-1985), ambos os períodos se caracterizaram pela condução da cultura a serviço da propaganda interna e externa do governo, além de deterem-se em pautas relativas às manifestações cívicas (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 42). Foram momentos marcados por intervenções que conjugavam opressão, repressão e censura (RUBIM, 2012, p. 32) que levaram a subordinação da cultura à ideologia oficial. Em contraste, em relação às experiências democráticas (1946-1964, 1985-2002) destacam-se dois aspectos: a diminuição das ações estatais e o perceptível desenvolvimento de incentivo no âmbito da iniciativa privada (CALABRE, 2007, p. 3).

Concluimos que é imprescindível para nossa análise a justaposição das fontes levantadas e do contexto político-econômico vigente. Historicamente inconstante devido a abruptas rupturas, a sucessão dos regimes políticos brasileiros relega a mesma instabilidade às políticas culturais e, por isso, realçamos a importância do exame historicizado das ações estatais sobre o campo, por nos permitirem apontar tendências das ações do Estado brasileiro sobre a cultura.

Referências bibliográficas

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. 2007. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre,%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: passado e presente*. 2012. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7661/1/Políticas_artigo2.pdf>. Acesso em 20/06/2017.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. *Revista Rio de Janeiro*, n. 15, p.77-89, jan.-abr. 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_tereza_ventura.pdf> Acesso em: 15 jun. 2017.

Nome: [Cícera Cidineide Teixeira Vieira](#)

Trabalho: O Ministério da Cultura nas eras Lula e Dilma: um panorama do período

Curso/Instituição: Produção Cultural – UFF

Orientador: Lia Calabre

Projeto: Democracia e Participação: políticas culturais no Brasil dos anos 2000

Fonte de financiamento: CNPQ

Período: fevereiro 2017 a julho 2017

Desde quando foi criado, em 1985, no período da redemocratização no governo do presidente José Sarney, o Ministério da Cultura (MinC) passou por diversas transformações. Foi extinto, recriado, cresceu, se firmou como um ministério importante que é e, hoje, trava uma luta para se manter em um governo que não o legitima.

Nesse presente estudo percorreremos a organização do Ministério da Cultura nos governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016), seus decretos e leis, e os agentes que passaram pela pasta e compunham o quadro funcional. É necessária a observação ao fato de o segundo mandato da presidenta Dilma não ter chegado ao fim previsto. Consideramos, portanto, o período até 31 de agosto de 2016, data em que ela foi definitivamente afastada do cargo, num dos dias mais emblemáticos de ruptura no processo de consolidação da democracia brasileira.

O conjunto dos estudiosos em políticas culturais são unânimes em afirmar que somente nos anos 2000, no Brasil, assistimos à construção de políticas públicas de cultura democráticas e participativas.

O projeto tem como objetivos: 1- Mapear o conjunto de ações desenvolvidas no Ministério da Cultura no período dos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma; 2 - Produzir um organograma minucioso onde conste os cargos e nomes daqueles que fizeram parte da equipe do Ministério da Cultura, assim como dos órgãos colegiados, nos períodos citados; e, 3 - Organizar essas informações de maneira a construir uma base de dados para futuros pesquisadores na área cultural.

Partindo de uma bibliografia inicial e tendo em conta a problemática de trabalhar com um período tão contemporâneo, partiu-se para a construção de uma linha do tempo da Cultura no Brasil. Temos como documentos básicos decretos e leis. Para capturar as informações usamos plataformas digitais, *site* do planalto, da imprensa nacional. Todos os documentos encontrados foram salvos no formato PDF. Para os cargos usamos os decretos que mostravam a estrutura organizacional do Ministério e consultamos o *Diário Oficial*, na seção 2, para ter acesso às nomeações. Tudo também foi salvo no formato PDF.

Encontramos nessa pesquisa inicial, entre decretos e leis, 113 documentos no período Lula e 134 documentos no período Dilma. Esses dados juntamente com a lista dos nomes que fizeram parte dos cargos serão colocados em uma ficha elaborada pelos bolsistas do setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, para controle e organização das informações coletadas. Houve a necessidade de um recorte dos cargos, visto que o volume de dados encontrados foi muito grande. Percebemos que há muito material no *site* do próprio Ministério da Cultura, o que nos dá a impressão de que dessa vez estamos resguardando nossa memória e de que futuramente será mais fácil acessar informações de órgãos públicos.

Fontes documentais

IMPrensa NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.impresanacional.gov.br/>>.

JUSBRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/home>>.

LEX Editora, *site* de Periódicos Jurídicos. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/Default.aspx>>.

PROGRAMA de Governo de Dilma Rousseff Disponível em: <http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf> Acesso em: 26 jun. 2017.

PT. *A imaginação a serviço do Brasil*: programa de políticas públicas de cultura do Governo Lula. São Paulo, 2002. 28p. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SITE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>

Referências bibliográficas

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural*: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

Nome: [Matheus Sousa Marques](#)

Trabalho: Guerra às Drogas, Plano Colômbia e o deslocamento forçado pela fumigação aérea

Curso/Instituição: Relações Internacionais – UFF

Orientador: Charles Pontes Gomes

Projeto: Migrações Internacionais e Refúgio

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto 2016 a julho 2017

Introdução

Dando continuidade à pesquisa iniciada em 2015, o trabalho propõe a análise das consequências políticas e sociais das fumigações feitas com Glifosato (uma substância química utilizada como agrotóxico), a partir da implementação do Plano Colômbia, nas populações campesinas locais. Tal ação objetivava erradicar as plantações de cultivos ilegais em território colombiano. A principal consequência analisada é o deslocamento forçado de pessoas devido às aspersões aéreas do agente químico que destroem não somente as plantações de substâncias consideradas ilícitas, mas também contaminam todo o ecossistema ao redor.

Objetivos do projeto

A hipótese principal do trabalho é de que as fumigações previstas pelo Plano Colômbia foram fator primordial para o desterro forçado de significativo contingente populacional no país sul-americano. Nesse sentido, a pesquisa terá como objetivo principal responder quais foram as consequências políticas, econômicas e sociais do deslocamento forçado provocado pela aspersão de Glifosato na Colômbia, durante a vigência formal da iniciativa (1999–2005).

O estudo pretende discutir como o controle de certos substratos ou de setores populacionais que sustentam hábitos classificados como inapropriados ou imorais (plantio e uso da folha e da pasta de coca), considerados, portanto, ameaçadores para o *status quo*, foi feito sistematicamente pelo aparato repressivo do Estado colombiano sob a égide do Plano Colômbia. O trabalho também procurará responder a outras questões, tais quais: como a chamada Guerra às Drogas influenciou os caminhos traçados por essas populações deslocadas à força? Qual o interesse por trás da manutenção de “políticas proibicionistas” por parte dos Estados nacionais?

Metodologia

Os procedimentos utilizados para a realização do trabalho combinam: extensa análise de bibliografia sobre a questão em estudo; revisão documental de fontes primárias, ou seja, publicações e documentos oficiais emitidos por instituições governamentais colombianas e estadunidenses; análise de discursos oficiais dos atores envolvidos e de relatos por parte das

populações desterradas forçosamente; além de minucioso levantamento de dados e estatísticas relevantes sobre a temática, por meio de relatórios e bancos de dados de Organizações Não Governamentais e de Organizações Internacionais.

Conclusões

Por meio das análises acima referidas, os resultados do estudo proposto comprovam a hipótese de que as populações locais tiveram seu cotidiano e suas vidas afetadas de forma contundente pela iniciativa do Plano Colômbia de fumigação de herbicidas no território do país. Os dados demonstram como nas localidades onde as fumigações se concentraram os índices de desterro forçado cresceram vertiginosamente ao longo do período estudado. Os resultados denotam, nesse sentido, a ineficácia da Guerra às Drogas como política proibicionista, visto que o consumo de psicoativos continua a ocorrer. Tal política só se mostra eficiente como mecanismo de repressão social. O estudo reforça, por fim, que boa parte dos deslocamentos forçados na Colômbia é fruto não somente de milícias, grupos armados, guerrilhas, paramilitares, mas também do próprio governo do país.

Referências bibliográficas

- CEBALLOS, Marcela. *Plan Colombia: contraproductos y crisis humanitaria: fumigaciones y desplazamiento en la frontera con Ecuador*. Bogotá: CODHES, 2003.
- CODHES. *El desplazamiento forzado y la imperiosa necesidad d la paz*. Bogotá, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PLAN COLOMBIA - CASHING IN THE DRUG WAR FAILURE. Direção: Audrey Brohy e Gerard Ungerman. [S.l.]: Freewill Productions, 2003. 1 DVD (56 min).
- RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jan./jun. 2012.
- SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia - Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 1, p.67-88, 2010.
- VARGAS, Ricardo. The anti-drug policy, aerial spraying of illicit crops and their social, environmental and political impacts In Colombia. *Journal of Drug Issues*, v. 32, n. 1, p. 11-60, jan. 2002.

Nome: [Juan Acácio Garrido Tavares](#)

Trabalho: Kant, Doyle e a supressão da condição do refúgio.

Curso/Instituição: Filosofia – UERJ

Orientador: Charles Pontes Gomes

Projeto: Migrações Internacionais e Refúgio

Fonte de financiamento: Fundação Casa de Rui Barbosa

Período: setembro 2016 a julho 2017

Introdução

A relação dos Estados liberais modernos como apontada por Michael W. Doyle carrega consigo dois legados: o primeiro consiste no caráter pacífico e harmonioso de suas relações com outros Estados liberais e o segundo, no caráter de “imprudência” no tocante as suas relações com Estados não liberais. Desse modo, sua proposta visa a expressar que Estados liberais conseguem estabelecer uma relação consistente de paz somente entre eles. Para explicar a formação das relações pacíficas entre os Estados liberais, Doyle utiliza a proposta filosófica de Kant, que tem como finalidade a paz perpétua. Essa paz se fundamenta na criação de uma “União Federativa” de Estados que apresentam princípios estruturais comuns que possibilitam uma hipótese consistente para elucidar, uma vez que as relações dos Estados liberais são marcadas por esses dois legados.

Dado o grande contingente populacional que se encontra na condição de Refúgio em decorrência de grandes conflitos, a proposta de paz kantiana, como estabelecida por Doyle, seria viável para estabelecer uma supressão da condição do Refúgio?

Objetivos do projeto

O objetivo principal do projeto é a análise da proposta de Doyle sob a ótica da problemática do Refúgio. Concentra-se na exposição dos principais termos e conceitos de sua teoria, estabelecendo a sua hipótese principal como ponto de partida para discussão dos limites de seu pensamento e a exposição de novas possibilidades para reflexão da condição do refugiado e imigrante a partir da elaboração de sua teoria.

Desse modo, o estudo pretende comparar as perspectivas de Doyle com as noções constituídas por Kant, apontando para a importância da análise de sua perspectiva política conjuntamente com sua perspectiva histórica, de modo a estabelecer uma efetiva ênfase na questão do cosmopolitismo.

Metodologia

A metodologia utilizada para realização do trabalho consiste na análise da bibliografia sobre a questão em estudo, atendo-se a uma exposição clara da utilização dos termos e conceitos apresentados para a fundamentação da proposta. Consiste, também, na análise comparativa das obras, na tentativa de expor os limites dos esquemas teóricos estabelecidos e, por fim, uma proposta para uma possível superação desses limites.

Conclusão

A real estabilização de uma condição de paz entre Estados liberais por meio da proposta kantiana é um fator que ajudaria na supressão da condição de refugiado. Os conflitos internacionais cessariam e a paz internacional se instalaria no mundo. Com efeito, não se apresentariam motivos para formação de fluxos migratórios em decorrência da desestabilização da paz. Entretanto, o enfoque no trabalho de Doyle se estabelece exclusivamente na noção da formação das “União Federativas”. O presente trabalho busca mostrar que o conceito de cosmopolitismo kantiano é que deve ser a condição mais efetiva para a real solução da problemática do refúgio.

Referências bibliográficas

DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs. *Philosophy and Public Affairs*, v. 12, n. 3, p. 205-235 Summer, 1983.

_____. Kant, liberal legacies, and foreign affairs, part 2. *Philosophy and Public Affairs*, v. 12, n. 4, p. 323-353, Autumn, 1983.

_____. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, v. 80, n. 4, p. 1.151-1.169, Dec., 1986.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua: um projeto filosófico de Immanuel Kant*. Nova ed. aum. Königsberg, Friedrich Nicolovius -1796. Tradução: Marco Antonio de A. Zingano: L&PM, 1989.

_____. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita / Immanuel Kant*. Organização Ricardo R. Terra. 4. ed. São Paulo: WMF: Martins Fontes, 2016. (Biblioteca do pensamento moderno).

NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais/Soraya Nour*. 2. ed. São Paulo: WMF: Martins Fontes, 2013. (Biblioteca jurídica WMF).

Nome: [Letícia Cristina Pereira de Castro](#)

Trabalho: Mulheres refugiadas no Rio de Janeiro: migração, gênero e integração

Curso/Instituição: Relações Internacionais – UFF

Orientador: Charles Pontes Gomes

Projeto: Migrações Internacionais e Refúgio

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto 2016 a julho 2017

O presente trabalho tem como função analisar as relações de gênero nos contextos migratórios atuais, além de discutir as questões de integração de mulheres refugiadas no Rio de Janeiro. Esse texto procura discutir teórica e criticamente a participação das mulheres nas migrações transnacionais nos últimos anos, analisando o seu crescimento e o panorama histórico. Para efeitos desta pesquisa define-se refugiado como aquele que foge de seu país de origem por fundados temores de perseguição por motivos de raça/etnia, religião, pertencimento a determinado grupo social, questões políticas ou nacionalidade. Para dar base a essa pesquisa foi utilizada a Teoria Feminista de Relações Internacionais, dados sobre refúgio e autores e documentos conhecidos sobre o tema. Assim, pretende-se demonstrar a experiência diferenciada que vivem as mulheres refugiadas no Rio de Janeiro e no Brasil em geral, tanto por razões sociais quanto por questões políticas, no tocante a sua integração.

O gênero molda a vida humana em todas as suas fases e é a partir disso que este trabalho tem a intenção de discorrer sobre como a construção de gênero, como um significado que as pessoas dão para a realidade biológica de que existem dois sexos, afeta as migrações internacionais, além de se pensar como o gênero molda as práticas informais, as políticas oficiais e outros tipos de decisões sociais.

Além disso, esse trabalho tem como um de seus objetivos dar visibilidade às mulheres que migram de uma forma geral. A migrante é, na maioria das vezes, um ator invisível e, por isso, acaba por não ter suas demandas atendidas. A forma como ela é tratada nas relações e nos fluxos migratórios internacionais é perigosa, pois viabiliza um processo de exclusão e de violação de direitos que é, na maioria dos casos, o motivo pelo qual essa mulher teve de migrar de seu país de origem.

Para se chegar ao objetivo deste estudo, a metodologia utilizada foi a indutiva, através de pesquisa empírica e participante, com o uso de entrevistas e observações de casos reais concretos para se alcançar respostas amplas e uma conclusão dos fatos. Além disso, pesquisas bibliográficas, dados quantitativos (gráficos e tabelas com dados reais) e dados qualitativos foram empregados para se analisar questões históricas e políticas a fim de desenvolver o problema de pesquisa. Será pensado ainda como essa teoria migratória de gênero se insere nas Teorias

Feministas das Relações Internacionais, e como elas conversam entre si, a fim de dar base para as questões que serão abordadas.

Como muitas análises acabam por ignorar as motivações que levaram as mulheres a migrar e suas contribuições na sociedade de destino, torna-se mais difícil a integração e a incorporação de suas experiências migratórias. No entanto, ao se entender a motivação para a migração, as disparidades de gênero e as relações sociais hierárquicas relacionadas ao gênero que as migrações podem criar, torna-se mais fácil a formulação de políticas e medidas para atender às necessidades específicas das mulheres que migram.

Referências bibliográficas

ANDRADE, William; MILESI, Rosita. Atores e ações por uma Lei de Refugiados no Brasil. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. p. 22-47.

ARENDR, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Edição de Bolso).

BADET, Maria; COGO, Denise. De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In: ARAÚJO, E.; FONTES M.; BENTO, S. (Ed.). *Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros*. Braga (Portugal): CECS, Univ. do Minho, 2013. p. 32-57.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics*. Los Angeles: University of California Press, 2014.

[KOSMINSKY, Ethel](#). Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, v. 15, p. 773-804, 2007.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, Apr. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X20130001000004>.

Acesso em: 21 jun. 2017.

PESSAR, Patrícia. Women, gender, and international migration across and beyond the Americas: inequalities and limited empowerment. EXPERT GROUP MEETING ON INTERNATIONAL MIGRATION AND DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. Mexico City: Department of Economic and Social Affairs 2005.

Nome: [Mariana Freitas de Andrade](#)

Trabalho: Sistema integrado de informações para preservação do patrimônio cultural – segundo módulo

Curso/Instituição: História – UFRJ

Orientador: Cláudia S. Rodrigues de Carvalho

Projeto: Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: Documentação para Preservação.

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto 2016 a julho 2017

Introdução

Iniciada no ano de 2015, a pesquisa tem como objetivo o desenvolvimento de um processo contínuo de documentação sobre o Patrimônio Cultural Museu Casa de Rui Barbosa, com a finalidade de monitorar e controlar a qualidade para sua preservação, gerenciamento e uso, uma vez que a documentação deve ser entendida como parte do processo de conservação, de acordo com as normativas do campo da preservação do patrimônio cultural. O foco da pesquisa no seu primeiro módulo foi a conservação e restauração das fachadas do Museu. Foram realizadas consultas aos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa, fazendo-se um levantamento das intervenções exercidas na mesma no intervalo de tempo de 1893, ano em que a casa foi adquirida por Rui Barbosa, até depois de se tornar um museu, após a morte de Rui Barbosa, encerrando no ano de 1986, ano em que ocorre a última grande intervenção. Agora, em seu segundo módulo, visa-se a preencher lacunas que ficaram em aberto e acrescentar ao projeto novos conteúdos e conclusões. As informações recolhidas nos dois anos de pesquisa foram sistematizadas de modo a construir uma cronologia sobre as intervenções realizadas na Casa, identificando os principais atores envolvidos bem como o escopo.

Objetivo do projeto

O objetivo do projeto consiste na produção de conhecimento para subsidiar as ações de preservação, bem como promover o interesse nas ações de preservação do monumento, por meio do sistema integrado de informações.

Metodologia

A pesquisa teve início no ano de 2015, em seu primeiro módulo, com uma revisão bibliográfica sobre o museu, seu jardim e a vida de Rui Barbosa, de modo a estabelecer o contexto que envolvia o tema principal e construir uma familiaridade com os ambientes e personagens desta história. Na sequência, foi elaborado um levantamento arquivístico da documentação existente relativa às intervenções realizadas no Museu e uma organização destas informações por

meio do preenchimento de fichas. Os documentos consultados foram pesquisados na Fundação Casa de Rui Barbosa. Este segundo módulo foi resultado de pesquisas também nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa, desenvolvendo os mesmos processos executados no primeiro módulo e com a finalidade de preencher lacunas na documentação até então levantada.

Conclusão

A intenção da pesquisa foi estudar a fachada como um elemento principal, abordando as modificações que ela sofreu ao longo dos anos para subsidiar as ações para sua preservação ora em curso. A realização desta pesquisa também possibilitou o preenchimento de lacunas na documentação até então levantadas no primeiro módulo do projeto, contribuindo para um entendimento mais preciso sobre o tema estudado.

Principais referências

CARVALHO, Cláudia Rodrigues. *O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conservacao_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades: especificação 173/51*. [Rio de Janeiro, 1951].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades: 1.09.05 Proc. 03/70*. [Rio de Janeiro, 1970].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades: 2.3.2.03*. [Rio de Janeiro, 1978].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades: PRPPC*. [Rio de Janeiro, 1986].

LTDA, Lemex Engenharia. *Relatório de atividades: 1987*. [Rio de Janeiro, 1987].

MUSEU Casa de Rui Barbosa. São Paulo: Banco Safra, 2013.

PROJETO de Recuperação e Preservação do palácio Gustavo Capanema (PRPPC). Rio de Janeiro, 19-.

Nome: [Gabriela Lúcio de Sousa](#)

Trabalho: Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: visitas técnicas direcionadas e conclusões preliminares

Curso/Instituição: Conservação e Restauração – UFRJ

Orientador: Anna Gabriela Pereira Faria

Projeto: Os Quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público

Fonte de financiamento: FCRB

Período: setembro 2016 a julho 2017

O projeto “Os Quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público” tem como objetivo estudar os dois quimonos que pertenceram à Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948) – sua origem, história, materialidade, nomenclatura – a fim de propor metodologias de conservação e de expografia para as peças, baseadas nas informações coletadas sobre os vestuários e a vida da esposa de Rui Barbosa.

O quimono é um vestuário tradicional, usado por homens e mulheres, advindo do Oriente, especialmente do Japão e da China. Em meados da década de 20, o orientalismo nos vestuários estava em voga no Ocidente, e o quimono passou a ser incorporado, sendo modificado a fim de adaptar-se ao gosto local e às especificidades da moda do período. Os dois exemplares pertencentes ao acervo do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB), classificados como quimonos, dispõem de poucas informações, e foram elas que serviram de ponto de partida nas investigações sobre essas peças.

Para essa primeira etapa da pesquisa, a abordagem escolhida foi teórico-prática. Foram consultadas as fichas de catalogação e de conservação do MCRB, bem como documentos do Arquivo Histórico Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e periódicos na Fundação Biblioteca Nacional. Ocorreram ainda visitas técnicas na cidade de São Paulo, especificamente ao Museu da Imigração Japonesa do Brasil (Bunkyo), ao Museu da Imigração e uma visita à Kyooko Watanbe, especialista na arte de vestir quimonos. Tudo isso facultou a montagem de um dossiê.

Essas visitas possibilitaram um panorama esclarecedor, ainda que preliminar, sobre esses trajes, especialmente no tocante a sua nomenclatura e classificação, oferecendo material para o confronto da terminologia da moda do início do século XX com a normatização do vocabulário controlado usado em museus, especificamente sobre as peças de roupa.

Com isso, concluímos, nesta primeira etapa da pesquisa, que as peças de Maria Augusta Rui Barbosa não são quimonos tradicionais. A denominação *quimono* é adotada na moda ocidental para referir-se a robes, roupões, jaquetas, casacos ou blusas que possuam formas

semelhantes a esse tipo de vestuário, especialmente na abertura frontal e nas mangas. A partir desse pensamento, o uso do vocabulário *quimono* para os dias atuais não está incorreto, já que a moda se apropriou desse termo. Avaliando o período em que Maria Augusta viveu e a datação aproximada dos trajes preservados no MCRB, consultando catálogos, e alguns dos referenciais teóricos em indumentária e história da moda (SAID, 1990; REIS, 1999; TAYLOR, 2002), consideramos que os quimonos de Maria Augusta são robes de chambre ou robes *d'hotosse* (vestido de quarto ou vestido de interior), com inspiração oriental em seus bordados.

Alguns questionamentos foram levantados a partir das investigações, como a catalogação das peças – um quimono foi catalogado em 1950 e outro em 1966 – ambas após a morte de Maria Augusta: isso pode significar que ela manteve o uso dos exemplares até o fim de sua vida? Não é possível confirmar esses questionamentos nesse momento. Para as próximas etapas, as consultas às entrevistas do Projeto Memória de Rui e aos cadernos de contabilidade de Rui Barbosa serão concluídas.

Referências bibliográficas

REIS, Cláudia Barbosa. *Indumentária: estudos sobre o acervo do Museu Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAYLOR, Lou. *The study of dress history*. Manchester: Manchester University Press, 2002.

Nome: [Mariana Franco Teixeira](#)

Trabalho: Repositórios digitais: democratização, conservação e acessibilidade

Curso/Instituição: Biblioteconomia e Documentação – UFF

Orientador: Ana Lígia Silva Medeiros

Projeto: Coleções Digitais: Ampliação e Qualificação do Acesso aos Acervos Memoriais da Fundação Casa de Rui Barbosa

Fonte de financiamento: CNPq

Período: fevereiro 2017 a julho 2017

O Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais – RUBI – visa a promover e manter os acervos memoriais e institucionais da Fundação Casa de Rui Barbosa por meios digitais. Os acervos memoriais fazem parte do Arquivo Histórico, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Bibliotecas Infante Juvenil Maria Mazzetti, Rui Barbosa e São Clemente e Museu Casa, que fazem parte do Centro de Memória e Informação – CMI. Os acervos institucionais constituem-se de eventos e de documentos produzidos por pesquisadores da FCRB. O RUBI visa a incentivar a produção de conhecimento, o livre acesso à informação e a preservação dos acervos memoriais e institucionais da FCRB.

Segundo Luis Fernando Sayão, as bibliotecas digitais são frutos da convergência da integração e uso das tecnologias de informação e de comunicação, das redes de computadores, das tecnologias de apresentação e redução de custos dos meios de armazenamento com a disponibilidade de conteúdos digitais numa escala global. A biblioteca digital é algo que se encontra em desenvolvimento, uma extensão das bibliotecas tradicionais que utiliza o desenvolvimento das tecnologias para organizar e disseminar conhecimento e informação, representando o desenvolvimento de novos meios de publicação.³

Como mostra Gláucio Soares, devido à internet, as diferenças entre pesquisadores de diversas instituições e países com renda *per capita* distinta foram reduzidas.⁴ Para Hélio Kuramoto, como consequência da reação ao monopólio das editoras, surge o movimento em prol do acesso livre à informação.⁵ Segundo o Manifesto das Humanidades Digitais, é importante que haja uma integração entre cultura digital, que se garanta o acesso livre aos dados e metadados, aos métodos, códigos, formatos e resultados das pesquisas, prezando pelo livre acesso à produção de conhecimento.⁶

³ SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é Biblioteca Digital? *Revista USP*, São Paulo, n. 80, p. 6-17, dezembro/fevereiro 2008-2009. p. 7-10.

⁴ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Portal de Periódicos da Capes: dados e pensamentos. *Revista Brasileira de pós-graduação*, v. 1, n. 1, 2004. p. 11-25.

⁵ KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, p. 2006. p. 3.

⁶ MANIFESTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS. Paris, 2010.

As Tecnologias de Informação e Comunicação fazem parte dessa transição do sistema tradicional às novas técnicas e métodos de pesquisa, sendo fundamentais à manutenção dos acervos e ampliando as possibilidades de usos e métodos. São fundamentais, pois, à preservação dos documentos e democratização de acesso aos acervos.

O projeto "Coleções Digitais: ampliação e qualificação do acesso aos acervos memoriais da FCRB" tem como objetivos, por meio do acervo da FCRB, como o acervo de periódicos raros da Biblioteca Rui Barbosa e da Biblioteca São Clemente e a coleção Plínio Doyle Iconografia, pesquisar diferentes formas de apropriação, utilização, acesso e democratização dos acervos digitais da FCRB.

A metodologia baseia-se em pesquisa empírica e levantamento e análise bibliográfica acerca de práticas de acesso, pesquisa e manutenção do acervo da FCRB como base na pesquisa de curadoria, criação e acesso das coleções digitais.

Os repositórios digitais são de extrema importância para manutenção do conhecimento e divulgação da informação, permitindo e ampliando o acesso aos acervos digitais da FCRB, que, por meio do DSpace, vem democratizando o seu acervo e disseminando informação para os pesquisadores e a sociedade como um todo.

Referências bibliográficas e documentais

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, p. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/831/678>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MANIFESTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS. Paris, 2010. Disponível em: <<https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é Biblioteca Digital? *Revista USP*, São Paulo, n.80, p. 6-17, dez./fev. 2008-2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Portal de Periódicos da Capes: dados e pensamentos. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 1, n. 1, 2004.

Nome: [Martina Benassi](#)

Trabalho: O acervo de Antonio Gontijo de Carvalho

Curso/Instituição: Arquivologia – UniRio

Orientador: Leila Estephano de Moura

Projeto: O Acervo de Antonio Gontijo de Carvalho

Fonte de financiamento: FCRB

Período: agosto 2015 a julho 2017

Introdução

Este projeto teve início em agosto de 2015, com a finalidade de analisar a composição do acervo de Antonio Gontijo de Carvalho. Tem em vista sua divulgação para instituições culturais, de estudos e pesquisas, no Brasil e no exterior, por meio da base de dados utilizada pela Instituição – o *SophiA Acervo*.

A documentação foi doada à Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), por Sergio Ferraz Gontijo de Carvalho, em 9 de dezembro de 1992, acompanhada de um dossiê que auxiliou a compreender determinados aspectos da vida de Antonio Gontijo, seu pai. O acervo compreende a vida pessoal, acadêmica e política de seu produtor, assim como sua produção intelectual e a de terceiros, além de material de estudo. Portanto, por meio dos processos de organização e descrição, podemos permitir o acesso e promover a difusão, bem como, preservar a memória do titular do acervo.

Objetivos do projeto

O projeto tem como escopo o tratamento arquivístico que compreende a preservação, a organização, a identificação, o arranjo e a divulgação dos documentos produzidos e acumulados por Antonio Gontijo de Carvalho, visando a disponibilização aos usuários.

Metodologia

Primeiramente foram realizados levantamentos bibliográficos e estudo biográfico referente ao produtor do acervo, abrangendo sua trajetória profissional e os contextos social e familiar, de tal modo que pudéssemos observar sua representatividade no conjunto de documentos. Em seguida prosseguimos com a leitura dos documentos, e nessa etapa identificamos determinadas funções e atividades exercidas por Gontijo. Igualmente, identificamos seus missivistas e a cronologia dos itens documentais, o que proporcionou a concepção das séries e subséries. Após essa configuração foi possível a elaboração da Base Guia do acervo. A Base Guia contém informações específicas referente ao arquivo ou coleção arquivística, como o título da série, sua data limite, a quantidade e o tipo de documentos, os

missivistas, os assuntos destacados e o contexto de produção. A etapa final do projeto consiste na inserção dessas informações nas planilhas da base de dados da instituição.

Conclusão

O trabalho realizado resultou na organização do arquivo pessoal de Antonio Gontijo empregando as normas técnicas arquivísticas. As etapas do projeto consistiram na identificação, na classificação, na ordenação, na descrição e na preservação, finalizando com a divulgação e acesso do acervo arquivístico.

Os arquivos pessoais “trazem em si a marca da vida íntima”...“simbolizam também a conexão dos seus produtores com a sociedade, assim como representam os diferentes segmentos e setores dessa sociedade em um determinado período histórico” (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2015, p. 9). Outrossim, possibilitam as pesquisas nas áreas que concernem o acervo, e contribuem com os estudos da ciência, tecnologia e cultura na sociedade.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de; MENDONÇA, Lucia Maria Velloso de Oliveira Rebello de. *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

Nome: [Vitória de Freitas Machado](#)

Trabalho: Tipologia documental nas bases de dados internacionais – *The National Archives*

Curso/Instituição: ABI-História – UFRJ

Orientador: Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Projeto: Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira

Fonte de financiamento: CNPq

Período: setembro 2016 a agosto 2017

O projeto, em andamento, tem como objetivo a pesquisa de termos para a consolidação de tipos documentais. A pesquisa visa atender às demandas não somente da Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO) como também de outras instituições nacionais e internacionais, arquivos pessoais e familiares. Nesse sentido, tem sido feito um levantamento em bases de dados internacionais como *The National Archives*, do Reino Unido, respeitando o recorte temporal compreendido entre os séculos XVIII e XIX.

O levantamento visa à identificação das ocorrências de termos relativos às espécies e aos tipos documentais em arquivos pessoais e familiares a partir da utilização da base de dados do Reino Unido: *The National Archives*. Além de contribuir para a produção de conhecimento no que tange à tipologia documental, há a difusão dos acervos arquivísticos o que, consequentemente, facilita a pesquisa e o acesso à informação.

O *National Archives* constitui também um grande portal para *sites* de outras instituições do próprio Reino Unido. Apresentam-se, inicialmente, as opções de busca “no *website*” ou “nos registros”. Foi adotado o último campo para que fossem inseridas, uma de cada vez, as palavras-chave da pesquisa como, por exemplo, *personal papers*, *personal collection*, *personal archives*, *manuscript*, etc. Conforme o item correspondesse ao período temporal do projeto e se constituísse um arquivo pessoal, os resultados foram dispostos em tabelas, o que permite uma melhor visualização e quantificação dos dados.

Já foram verificados cerca de 950 termos correspondentes aos critérios do projeto, até a terceira palavra-chave, e nota-se que, em geral, não há preocupação das bases de dados estrangeiras quanto à definição da tipologia dos documentos. A pesquisa tem contribuído para o desenvolvimento do conceito de tipologia e explicita sua importância para o meio acadêmico como um todo, facilitando o acesso aos registros e dinamizando o tempo do usuário. O levantamento dos termos endossa a importância da tipologia documental como um agente facilitador de obtenção de informação e, consequentemente, incentivador de demais pesquisas em quaisquer áreas do conhecimento.

Referências bibliográficas

THE NATIONAL ARCHIVES. Base de dados. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/search/>>. Último acesso em: 23/06/2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 7, n. 2, jul./dez., p. 5-10, 2008.

DELMAS, Bruno. Os arquivos na sociedade contemporânea. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 9, n. 2, jul./dez., p. 5-14, 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 25-50, 2007.

NESMITH, Tom. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 9, n. 2, jul./dez., p. 15-30, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 12, n. 2, jul./dez., p. 28-51, 2013.

_____. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MELLO, Maria Lucia Horta Ludolf de. *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MOURA, Leila Estephanio de. *Temporalidade e destinação dos documentos arquivísticos da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-Tom, ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.